



LUCIANA MÜLLER
lmuller@jundiá.com.br

PM e GM no Paço

A mobilização grevista dos servidores públicos de Louveira, paralisados há 15 dias, na frente do Paço da cidade, contou com a presença da Polícia Militar e da Guarda Municipal, na manhã de ontem. Os servidores faziam buzinaço e foram questionados pelas autoridades de segurança sobre a perturbação causada. Não houve prisões ou enfrentamento, mas a situação, na opinião dos grevistas, fortalece o incômodo gerado pelo movimento à administração municipal. No final do dia, o Tribunal de Justiça determinou o retorno de 80% dos médicos e professores ao trabalho para que não haja perdas para a população, mas o movimento não foi interrompido.

Personagens na Casa

De mandato em mandato, os vereadores da Câmara de Jundiá se organizam conforme afinidades partidárias ou pessoais. Essas parcerias acabam rendendo apelidos nos corredores da Casa. Atualmente, existe o 'Quarteto Fantástico', formado pelos vereadores Cristiano Lopes (PSD), Márcio Pentecostes (PMDB), Wagner Ligabó (PPS) e Edicarlo Vieira (PSD). Lembrando os esquitos 'Tico e Teco', a releitura na Câmara de Jundiá, segundo informações de bastidores, é formada pela dupla Antonio Carlos Albino (PSB) e Romildo Antonio da Silva (PR).

Líder de governo

Em sessão ordinária de ontem (25), o vereador Faouaz Taha foi anunciado oficialmente como o líder do governo na Câmara de Jundiá. A escolha foi feita pelo prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) e o anúncio foi conduzido pelo presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB). Como vice-líder foi anunciado o vereador Romildo Antonio (PR). "É uma honra e responsabilidade receber este convite. Aceito com muita alegria", disse Faouaz.

Movimento sindical

A tribuna livre da sessão de ontem (25), da Câmara de Jundiá, foi usada por representantes sindicais para pedir apoio à mobilização contra as reformas trabalhista e previdenciária, sugeridas pelo governo federal. A greve geral organizada para a próxima sexta-feira, 28, contará com a participação de 18 sindicatos da cidade.

Assédio moral

Após a denúncia feita na tribuna da Câmara de Jundiá, no dia 4 de abril, dando conta de um caso de assédio moral entre chefe e funcionária da DAE, a autarquia encaminhou esclarecimentos para os vereadores da Casa. Segundo o documento, foi instaurado processo de sindicância que apontou a necessidade de tratamento multidisciplinar para a funcionária, com a participação de familiares. Também foi instaurada sindicância, com a finalidade de apurar as responsabilidades dos atos que possam ter acontecido nas dependências da autarquia.

INVESTIGAÇÃO

Vereadores da Comissão de Desporto irão requisitar dados sobre o assunto. Liga informa que contas foram aprovadas

MP abre inquérito civil para apurar Liga de Futebol Amador

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jundiá.com.br

Por iniciativa popular, foi aberto um Inquérito Civil (IC) na Promotoria de Justiça de Jundiá para investigar irregularidades no procedimento de destinação de verba pública à Liga Jundiáense de Futebol Amador. A denúncia chegou à Câmara de vereadores e a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo irá requisitar esclarecimentos à gestão municipal. O prazo para apresentação das informações à Promotoria é de 20 dias. Representante da Liga afirma que prestação de contas está em ordem e verba recebida da administração, no ano passado, foi inferior ao valor gasto para a realização do campeonato.

O IC foi aberto no dia 10 de abril, pelo promotor de Justiça Fabiano Pavan Severiano, com a finalidade de obter elementos de provas



INVESTIGAÇÃO Faouaz Taha irá apresentar assunto à Comissão de Educação e Desporto

relativas à denúncia. Para o presidente da Câmara, Gustavo Martinelli (PSDB), a situação será investigada rapidamente. "Por receber verba pública, é preciso que haja prestação de contas. Essa denúncia foi aceita pelo MP, que irá investigar a situa-



TRABALHO Gustavo Martinelli aponta a exigência de investigação das informações

ção, assim como os vereadores da comissão de desporto", explica.

O vereador Faouaz Taha (PSDB), líder do governo e presidente da comissão relacionada, afirma que o assunto será debatido e terá atenção dos parlamentares. "Va-



RETORNO José Galvão de Braga Campos afirma que haverá esclarecimentos

mos solicitar as informações às pastas competentes, para esclarecimentos. A gestão atual está preocupada em revisar todas as destinações de verbas e contratos. Essa situação não será diferente", detalha. O diretor de Assuntos Parlamentares, José Gal-

vão de Braga Campos, afirma que as informações sobre o assunto serão levantadas junto à Unidade de Gestão de Esportes e Lazer.

Aprovada

Segundo o presidente da Liga Jundiáense de Futebol Amador, Sérgio Aguiar, as contas do ano passado foram aprovadas em assembleia entre os clubes, realizada no dia 21 de dezembro. "Recebemos R\$ 92 mil da prefeitura mas o campeonato custou R\$ 118 mil. A diferença foi arcada pelo próprio fundo da Liga. Vale lembrar que no ano anterior a Liga recebeu R\$ 129 mil", detalha.

Aguiar explica que todas as informações serão apresentadas ao MP, dentro do prazo de 20 dias. "Estão solicitando esclarecimentos e nós vamos dar. Esse procedimento deveria ser a tônica do Brasil. Temos a documentação para apresentar", informa.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão aprova reforma trabalhista

Por 27 votos a 10, a comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (25) o texto-base do relatório do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) sobre a reforma trabalhista. O principal embate em torno do tema, porém, está marcado para a votação no plenário da Casa, nesta quarta (26).

Uma das prioridades do governo de Michel Temer em 2017, a reforma trabalhista traz como algumas das principais modificações a prevalência do negociado entre patrões e empregados sobre a lei, a possibilidade de fracionamento das férias em três períodos, restrições a ações trabalhistas, regulamentação de contratos provisórios e fim da obrigatoriedade da contribuição sindical.

A votação desta quarta no plenário será o primeiro grande teste sobre a musculatura da base de Temer para aprovar a reforma da Previdência, também em fase final de análise por comissão especial, e que precisa de um apoio mais robusto - pelo menos 60% dos congressistas, por se tratar de emenda à Constituição.

Na reforma trabalhista, basta o apoio de mais da metade dos deputados presentes à sessão. Na segunda-feira, o governista PSB (que tem a sétima maior bancada da Câmara, com 35 deputados), decidiu fechar questão contra as reformas, mas a bancada do partido está rachada - parte segue a liderança do governador de Pernambuco, Paulo Câmara, e do ministro Fernando Bezerra Filho (Minas e Energia), que atuam alinhados ao Palácio do Planalto.

Com isso, o partido foi o único entre os principais que não registrou orientação formal de voto na comissão, nem contra nem a favor. Na votação, houve um racha entre os dois integrantes da legenda no colegiado, Danilo Cabral (PE) votou

contra e Fábio Garcia (MT), a favor da reforma.

O temor do governo é de que o racha no PSB se espalhe por outras legendas aliadas. Desde a semana passada, ministros e líderes partidários trabalham para atender pleitos de aliados e diminuir as defecções.

Uma das principais polêmicas nesta quarta será relativa ao fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, desconta diretamente do salário dos trabalhadores uma vez ao ano. Os sindicatos e os partidos de esquerda acusam o governo de quererem inviabilizar as entidades de representação e defesa dos trabalhadores.

Durante toda a sessão, governistas e oposicionistas trocaram críticas. "Nesse momento a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] sofre o maior ataque de sua história e essa Casa mostra ter vocação para o suicídio, pois o ataque aos trabalhadores vai ter uma resposta do povo", disse Orlando Silva (PC do B-SP).

"Não existe nenhuma justificativa teórica para dizer que vai gerar mais emprego, o que vamos assistir é uma degradação do emprego. À medida que se precariza, tudo significa claramente uma redução dos direitos do trabalhador", disse o líder da bancada do PT, Carlos Zarattini (SP). "Vai ser a maior aventura da história do Brasil, vai aumentar os conflitos, vamos ter uma verdadeira guerra no país." Um dos principais argumentos do governo ao defender a reforma é o de que os empresários voltarão a investir e a contratar, diminuindo o desemprego.

Apesar de seu relatório ter recebido 457 emendas nos últimos dias, com mais de 1.300 sugestões de alteração, Rogério Marinho anunciou apenas ajustes em seu relatório nesta terça. Após passar pela Câmara, a reforma tem que passar ainda pelo Senado e pela sanção ou veto de Temer. (Folhapress)

PROJETOS

Vereadores discutem uso de terrenos para hortas

A pauta da sessão da Câmara, ontem (25), foi tranquila e o assunto que ganhou corpo entre os parlamentares foi o uso de áreas públicas e privadas para a concessão de hortas. O projeto, de autoria do vereador Paulo Sérgio Martins (PPS), tem por objetivo incentivar o uso de áreas para trabalhos terapêuticos e até de geração de renda.

"Quem vive da terra, vi-

ve melhor, é mais feliz. Plantar é uma terapia, que poderia ser usada com a terceira idade e até para recuperação de usuários de drogas", explica. O texto foi aprovado com emendas, para regulamentar o prazo para uso do terreno.

Ainda na sessão, foi aprovado o projeto de autoria do vereador Valdeci Vilar Matheus (PTB), que trata da necessidade de atendimento especializa-

do para pessoas com deficiência auditiva e surdocegos. O projeto do vereador Wagner Ligabó (PPS), que prevê calçadas com piso poroso e largura de três metros para infiltração de água para o lençol freático, também foi aprovado.

"A lei é destinada a novos empreendimentos, já que as ruas e calçadas podem ser de tamanho maior ou ideal para passeio", justifica o autor.

EM ALMOÇO

Planalto mobiliza governadores pela aprovação da reforma da Previdência

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, recebeu governadores e deputados para um almoço em sua residência oficial ontem (25). O encontro contou com a presença de ministros e do presidente da República, Michel Temer, em mais uma movimentação do governo para ganhar força e garantir a aprovação da reforma da Previdência na Câmara.

No almoço, os 18 governadores presentes ouviram do governo federal um relato sobre o texto da reforma e como as negociações chegaram à versão final apresentada pelo relator Arthur Maia (PPS-BA). A ideia é contar com a simpatia dos mandata- rios estaduais na aprovação da reforma, prevista para ir a plenário na segunda semana de maio. Na saída do almoço, Maia disse que o clima está "positivo" entre os governadores para a aprovação do relatório.

"A minha opinião é que

um clima muito positivo da aprovação da reforma. Todos estão sofrendo com a questão da Previdência nos seus estados. Todos sabem, não apenas os que estão na base, que a questão da Previdência precisa ter uma solução".

Maia disse que os governadores podem ajudar a convencer deputados de seus estados ainda indecisos sobre a aprovação da matéria. "Os governadores têm influência sobre parte da base. Um governador do Norte disse que tem influência sobre sete dos oito deputados no estado. Mas não posso falar pelos outros governadores. O que precisamos nessa reforma é garantir uma sinalização forte para que, com a aprovação da reforma da Previdência o crescimento do endividamento não saia de controle".

Um dos governadores presentes foi o de Goiás, Marconi Perillo. Na saída do almoço, ele conversou com a imprensa e disse que o ministro da Fazenda, Henrique

Meirelles, falou sobre as perspectivas positivas da economia no próximo ano caso a reforma da Previdência seja aprovada. "Nos passou uma mensagem otimista, mas condicionando a retomada do crescimento econômico do país e, consequentemente, a geração de empregos, à aprovação da reforma da Previdência, que nós consideramos fundamental".

O governador de Goiás disse que "é hora dos políticos deixarem o populismo de lado" e pensarem nas reformas necessárias para trazer estabilidade econômica para o país. "Um dado muito importante foi trazido pelo relator: 55% de tudo que se arrecada pelo governo federal hoje é gasto com Previdência. De tudo que se arrecada no país hoje, 45% é destinado à infraestrutura, educação, saúde, segurança e outras áreas; e 55% para a Previdência. Tem alguma coisa muito errada nisso", concluiu. (Agência Brasil)